



05 DE ABRIL DE 2018 Quinta-feira

- INEC - ÍNDICE NACIONAL DE EXPECTATIVA DO CONSUMIDOR - CAI A CONFIANÇA DO CONSUMIDOR
- DISPUTA SOBRE IMPOSTO SINDICAL DEVE FICAR SÓ PARA O SEGUNDO SEMESTRE
- ARTIGO: A REFORMA TRABALHISTA ESTÁ PEGANDO
- MICRO E PEQUENOS EMPRESÁRIOS TERÃO 90 DIAS PARA ADERIR AO REFIS
- eSOCIAL ESTARÁ DISPONÍVEL PARA EVENTOS PERIÓDICOS DE GRANDES EMPRESAS EM 08/05
- ESTADO DE SÃO PAULO PERDEU 17% DAS FÁBRICAS TÊXTEIS EM CINCO ANOS
- FALTA DE ACORDO BILATERAL DIFICULTA NEGOCIAÇÃO DO BRASIL DE TARIFAS DE AÇO
- PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA ELÉTRICA E ELETRÔNICA CRESCERAM 13,6% EM FEVEREIRO
- DISPUTA PODE MUDAR ROTAS COMERCIAIS
- BUROCRACIA IMPEDE EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES COMERCIAIS, DIZ PRESIDENTE DA FECOMÉRCIO
- BRASIL E LUXEMBURGO DISCUTEM AMPLIÇÃO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS BILATERAIS
- 'É BRIGA DE CACHORRO GRANDE', DIZ EX-EMBAIXADOR RUBENS BARBOSA
- NÃO HÁ MÍNIMO ESPAÇO PARA REDUZIR CARGA TRIBUTÁRIA NO BRASIL, DIZ MANSUETO
- CONFIANÇA DO CONSUMIDOR CAI PELO SEGUNDO MÊS SEGUIDO, REVELA CNI
- PREÇOS DE ENERGIAS SOLAR E EÓLICA ATINGEM MENOR VALOR DA HISTÓRIA
- BAIXO PREÇO DA ENERGIA EÓLICA É FRUTO DE QUESTÕES CONJUNTURAIS, DIZ ABEEÓLICA

- VOTORANTIM MIRA INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA E PROPRIEDADES, DIZ PRESIDENTE
- LICENÇA-MATERNIDADE DEVE FICAR MAIS LONGA
- BRF CONCEDERÁ FÉRIAS COLETIVAS AOS FUNCIONÁRIOS DE RIO VERDE E CARAMBÉI
- BRF VAI DAR FÉRIAS COLETIVAS A MAIS 3,5 MIL FUNCIONÁRIOS NO BRASIL
- DÓLAR TEM MAIOR VALOR DESDE MAIO DE 2017 E BOLSA CAI COM JULGAMENTO DE LULA
- ÍNDICE DE COMMODITIES REGISTROU QUEDA DE 1,56% EM MARÇO
- CORREÇÃO: PETROBRAS REDUZ PREÇO DO GLP RESIDENCIAL PARA R\$ 22,13 NA REFINARIA
- VENDAS DE VEÍCULOS USADOS CRESCEM 1,2% NO 1º TRIMESTRE
- PSA E VALEO SE UNEM PARA CRIAR TECNOLOGIA COM INSTITUTO PRAIRIE
- EATON LANÇA EMBREAGEM PARA CAMINHÕES VOLVO
- PSA TROCA DIREÇÃO DE VEÍCULOS UTILITÁRIOS NA AMÉRICA LATINA
- SIDERÚRGICAS PERDEM MERCADO PARA IMPORTADO
- CONVITE: WORKSHOP E MENTORIA DESPERTAR DA INDÚSTRIA 4.0

CÂMBIO		
EM 05/04/2018		
	Compra	Venda
Dólar	3,320	3,321
Euro	4,060	4,061

Fonte: BACEN

INEC - Índice Nacional de Expectativa do Consumidor - Cai a confiança do consumidor

05/04/2018 – Fonte: CNI

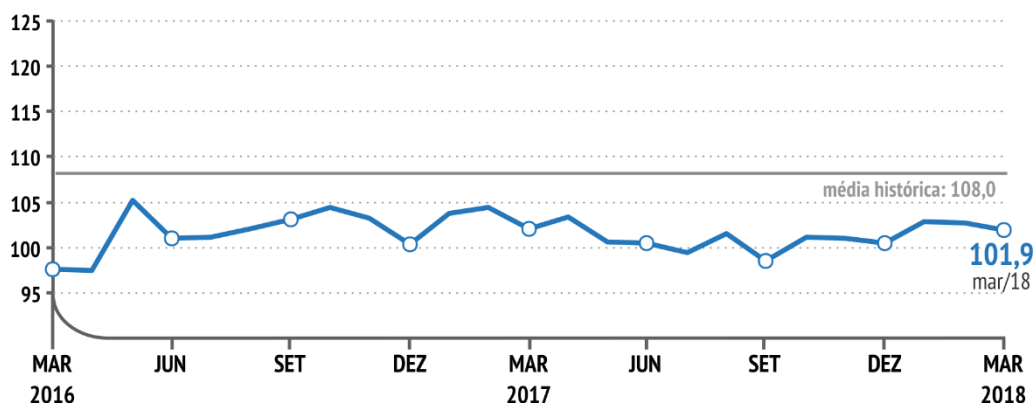
O INEC de março de 2018 é de 101,9 pontos, uma queda de 0,8% na comparação com fevereiro. Assim, o INEC permanece em patamar baixo, 5,6% inferior a sua média histórica.

O índice é praticamente o mesmo de um ano atrás: recuo de 0,1% na comparação com março de 2017.

Março/2018

Série histórica

Índice de base fixa.
Média de 2001=100



Disputa sobre imposto sindical deve ficar só para o segundo semestre

05/04/2018 – Fonte: DCI

Insegurança jurídica, com liminares que restauram a obrigação e revogam o disposto na reforma trabalhista, tende a continuar até que seja votada no STF, onde a agenda está bem apertada.



O ministro Luiz Edson Fachin é o relator no Supremo das ADIs contra a extinção da contribuição sindical

Cinco meses após ser revogada pela reforma trabalhista, a contribuição sindical obrigatória ainda gera disputa no Judiciário, com entidades buscando liminares e ações de inconstitucionalidade. Para especialistas, a questão não será resolvida antes do segundo semestre deste ano.

O argumento dos sindicatos para questionar na Justiça o fim da obrigatoriedade da contribuição é que o chamado "imposto sindical" tinha status de tributo, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) no Recurso Extraordinário 496.456 em 2009.

Dessa forma, pelo Código Tributário Nacional (CTN), uma lei ordinária não poderia alterar a contribuição, apenas uma lei complementar, que só é aprovada no Congresso com maioria absoluta – metade mais um do total de parlamentares independente do número de congressistas presentes em uma sessão – contra maioria simples na lei ordinária.

De acordo com o sócio do Innocenti Advogados, Ricardo Martinez, apesar de muitas liminares terem sido concedidas sobre esse tema recentemente, o único tribunal que possui competência para pacificar esse assunto é o Supremo, visto que a preponderância de uma lei sobre outra é tema constitucional.

“O cenário é de insegurança jurídica até que o STF decida sobre o assunto. Todas as ações que estão com o ministro Luiz Edson Fachin precisam ser decididas para que tenhamos uma resolução”, afirma o especialista.

Hoje, existem 11 Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) sob a relatoria de Fachin tratando da extinção da contribuição sindical obrigatória. Três delas foram ajuizadas em fevereiro, quatro meses depois da reforma em vigor.

Martinez aponta que o STF não deve julgar as ADIs até o segundo semestre deste ano, uma vez que a pauta política tem dominado a agenda do tribunal, como ficou claro com a exposição da Corte em meio ao julgamento sobre prisões em segunda instância nesta quarta-feira (04).

“Enquanto o STF não julgar, a [Consolidação das Leis do Trabalho] CLT seguirá como está, os juízes poderão dar liminares, mas os tribunais de segunda instância irão caçá-las”, avalia.

Na opinião do advogado trabalhista do Chenut Oliveira Santiago Advogados, Gustavo Silva de Aquino, o STF não deve declarar inconstitucionais os dispositivos da reforma que tratam do “imposto sindical”, porque não é uma questão tão clara assim no código tributário e pode causar uma enorme dor de cabeça a trabalhadores e empresários.

“Tudo o que aconteceu, nesse caso, retroagiria. As pessoas que não pagaram contribuição este ano teriam que pagar com correção retroativamente”, explica.

Além disso, Aquino ressalta que em questões trabalhistas o trabalhador, individualmente, é beneficiado em caso de dúvida do julgador. “Seria injusto que o empregado fosse obrigado a pagar contribuição retroativa com juros”, opina.

Alternativas

Diante da dificuldade dos sindicatos em se financiar após a perda dessa importante fonte de recursos, as entidades buscam alternativas para obter renda. Martinez destaca que uma das opções mais comuns é a cobrança sobre homologações de contratos de trabalho, mas lembra que a empresa também não pode ser obrigada ao pagamento nesse caso.

“As entidades não podem obrigar as homologações a serem feitas no sindicato. Isso pode ser realizado nos cartórios ou mesmo na sede da empresa de acordo com a reforma trabalhista”, avalia o advogado.

O especialista acredita que a solução para os sindicatos nessa situação é se tornarem mais combativos, para que o trabalhador enxergue valor no serviço prestado em seu benefício e não sinta que pagar é simplesmente uma obrigação.

“Os sindicatos mais atuantes e combativos não vão sofrer tanto com a perda da contribuição obrigatória. Aquele que não faz nada por sua classe, por outro lado, terá mais problemas para se financiar.”

Artigo: A reforma trabalhista está pegando

05/04/2018 – Fonte: O Estado de S. Paulo (publicado em 29-03-2018)

A vigência da Lei 13.467/2017 completou apenas quatro meses e já apresenta vários resultados positivos. Este artigo comenta fatos observados em inúmeras Varas do Trabalho de São Paulo e nas Cortes Superiores.



O número de ações distribuídas na Justiça do Trabalho nos últimos meses caiu, em média, 70%. Só esse resultado significa enormes economias para empregados e empregadores e mais segurança jurídica para todos. O resultado de médio prazo é a redução do medo de empregar que rondava os empregadores em decorrência do alto custo de litigar em clima de insegurança.

Apesar do grande estoque de ações trabalhistas acumuladas no passado, a redução indicada nos meses recentes já criou um ambiente mais favorável em muitas Varas do Trabalho. Os juizes estão mais felizes com a diminuição da exaustiva sobrecarga de trabalho.

As audiências vêm respeitando o horárioaprazado. Os juizes as têm conduzido com mais calma, dando tempo à devida manifestação das partes e avaliando com cuidado os argumentos que orientarão suas sentenças. Numa palavra: em pouco tempo viu-se uma nítida melhoria da qualidade do processo judicial trabalhista.

Do lado das partes, nota-se uma salutar reavaliação de suas condutas. Por causa dos custos dos honorários de sucumbência para quem perde a ação, reclamantes e reclamados passaram a

dar um grande realismo aos seus pleitos e recursos. Em muitas ações, os pedidos exagerados levaramjuizes a fixar custas bastante elevadas para a parte perdedora assunto novo a que a imprensa vem dedicando grande espaço.

Tais mudanças têm reflexo no trabalho dos advogados que passaram a aconselhar seus clientes a reivindicar apenas o que lhes parece justo e razoável, pois se pedirem demais e perderem as despesas serão de grande monta. Resultado: o trabalho dos advogados passou a ser mais judicioso e de melhor qualidade.

Os escritórios de advocacia entenderam rapidamente que o mais importante agora não é a quantidade de ações e sim a sua qualidade e possibilidade de êxito. Isso lhes permite estudar mais, argumentar melhor e cobrar honorários mais altos.

O mesmo se observa com a conduta das testemunhas que, doravante, serão processadas e penalizadas se falsearem informações perante os juizes. Isso reduzirá

a tradicional “indústria de testemunhas” contratada para mentir de um lado ou do outro. Não há dúvida que as testemunhas estão sendo mais cautelosas.

Um dos temas mais polêmicos da reforma trabalhista diz respeito ao fim da obrigatoriedade da contribuição sindical. Muitos sindicatos laborais têm usado o estratagema de recolher assinaturas de empregados em listas aprovadas em assembleias extraordinárias para garantir a cobrança daquela contribuição.

Quando recorrem à Justiça do Trabalho, poucos têm sido os casos de êxito nas Varas do Trabalho e menos ainda nos Tribunais Regionais que, com frequência, têm anulado as decisões ilegais inferiores. Ou seja, o tema mais controvertido está sendo tratado com precisão.

Mais importante é a plena aceitação da reforma trabalhista pelo Tribunal Superior do Trabalho que, ao examinar se as novas regras se aplicam para trás ou para a frente de 11 de novembro de 2017 (data da vigência da Lei 13.467/2017), as aceita e se dispõem a aplicá-las.

Por tudo isso, pode-se dizer que no campo do processo do trabalho a reforma trabalhista caminha bem e deve se consolidar daqui para a frente. Essa lei está pegando.

José Pastore e Eduardo Pastore - * Respectivamente: professor da universidade de São Paulo e membro da Academia Paulista de Letras; e advogado trabalhista. Ambos são do conselho de emprego e relações do trabalho da Fecomercio-Sp

Micro e pequenos empresários terão 90 dias para aderir ao Refis

05/04/2018 – Fonte: Contaébis.com

Prazo contará a partir de publicação da lei que autoriza refinanciamento



As micro e pequenas empresas que quiserem aderir ao novo Refis (programa de renegociação de dívida tributárias) devem ficar atentas aos prazos para ingresso no programa. Elas terão até 90 dias após a entrada em vigor da lei para procurar a Receita Federal.

A adesão se tornou possível porque o Congresso derrubou ontem — em acordo com o Palácio do Planalto — um veto presidencial que impedia micro e pequenas empresas de entrarem no Refis.

O programa possibilita o pagamento parcelado, em até 15 anos, dos impostos devidos até novembro de 2017. O valor mínimo da parcela é de R\$ 300. Após ingressarem no Refis, as empresas devem pagar 5% do valor total da dívida em cinco parcelas mensais, sem reduções.

O valor restante da dívida pode ser quitado em até 175 meses, com descontos de até 90% dos encargos legais, inclusive honorários advocatícios. O valor do desconto vai variar de acordo com o prazo de pagamento. Quanto mais tempo o empresário levar, menor será o desconto concedido.

Para o pagamento em parcela única, haverá redução de 90% dos juros de mora e de 70% das multas. Para pagamento em até 145 meses, a redução será de 80% dos juros de mora e de 50% das multas. Já para pagamento em até 175 meses, a redução é de 50% dos juros e de 25% das multas.

Os Microempreendedores Individuais (MEI) também poderão se beneficiar do programa. As parcelas para este tipo de empresário não seguem os padrões das outras empresas. Os valores mínimos dos pagamentos dos MEI serão definidos pelo Conselho Gestor do Simples Nacional (CGSN).

A expectativa do Sebrae é que o CGSN se pronuncie sobre o assunto até maio. O Sebrae estima que pelo menos 600 mil pequenos negócios inadimplentes serão beneficiados pelo parcelamento da dívida tributária com a União.

eSocial estará disponível para eventos periódicos de grandes empresas em 08/05

05/04/2018 – Fonte: Contábeis.com

Terceira fase será para empresas com faturamento superior a R\$78 milhões



Segundo o calendário definido na Resolução do Comitê Diretivo do eSocial nº 3, de 29/11/2017, começa em 1º de maio a terceira fase de implantação do eSocial, para empresas com faturamento superior a R\$78 milhões, incluídas no primeiro grupo.

Nesta fase, as empresas deverão incluir informações relativas às suas folhas de pagamento no sistema, os chamados eventos periódicos.

Apesar de a terceira fase se iniciar no dia 1º/05, o web service estará disponível para recebimento dos eventos periódicos apenas a partir de 08 de maio. Esta medida visa a garantir uma melhor performance do sistema, pelo aumento de acessos pelos empregadores domésticos até o dia 07.

Veja as seguintes orientações:

Os dados dos eventos de folha devem abranger todo o mês de maio, desde o dia 1º.

Caso haja desligamento entre 1º e 07 de maio, o evento de desligamento (S-2299 ou S-2399) deverá ser enviado a partir do dia 08, incluindo as informações de verbas rescisórias (grupo verbasResc).

Os eventos não periódicos (admissões, afastamentos, [férias](#), etc.), além dos eventos iniciais e de tabelas, continuam sendo recebidos normalmente pelo sistema, inclusive no período de 1º a 07.

Estado de São Paulo perdeu 17% das fábricas têxteis em cinco anos

05/04/2018 – Fonte: Agência Brasil

O estado de São Paulo perdeu cerca de 17% das fábricas têxteis (de matérias-primas) e 13,3% das empresas de confecção (vestuário e cama, mesa e banho) entre os anos de 2012 e 2016, divulgaram hoje (3), em entrevista coletiva, os sindicatos patronais Sinditêxtil-SP e Sindivestuário.

Somente no Polo Têxtil da região de Americana (SP), a redução foi de quase 19% no número de empresas. Segundo os sindicatos, o setor nacional teve redução de 10,9% no número de unidades fabris do setor.

Nesse mesmo período, São Paulo passou de 930 mil trabalhadores para cerca de 800 mil. Somente a região metropolitana de São Paulo, maior polo confeccionista do Brasil, eliminou perto de 30 mil postos de trabalho entre 2012 e 2016. Do total de trabalhadores do setor têxtil e de confecção, este último concentra 80,2% da mão de obra.

Participação nacional

O estado de São Paulo concentrava 27,5% das empresas têxteis e confeccionistas brasileiras em atividade em 2016.

Em termos de emprego, a representação é ainda maior, chegando a 31,6% dos trabalhadores do setor. De acordo com os sindicatos, há liderança do estado tanto na participação do volume produzido quanto nos valores gerados.

Cerca de 40% da produção nacional de tecidos planos são feitos em São Paulo, assim como 22% da produção de fios fiados e 21% de malhas. Nas confecções, o estado representa 22% dos artigos têxteis para o lar e 19% do vestuário em relação à produção nacional.

Em valores monetários, 39% é a representação paulista nas manufaturas e 20%, a dos produtos confeccionados em relação ao total nacional.

Falta de acordo bilateral dificulta negociação do Brasil de tarifas de aço

05/04/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Análise é da agência de classificação de risco Moody's e também vê problema para Argentina

A agência de classificação de risco Moody's avaliou nesta quarta-feira que o Brasil e a Argentina terão relativamente maiores dificuldades de serem isentos definitivamente de tarifas impostas pelos Estados Unidos às importações de aço e alumínio, porque não possuem acordos bilaterais com a maior economia do mundo.

O Canadá e o México, que fazem parte do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta) com os EUA, devem conseguir escapar definitivamente das tarifas de 25 por

centro sobre o aço e de 10 por cento sobre o alumínio impostas pelos EUA no mês passado.

Além disso, os dois países devem experimentar um aumento da demanda desses produtos por consumidores dos EU, disse a Moody's nesta quarta-feira

A Moody's ressaltou que as isenções tarifárias temporárias concedidas pelos EUA ao Brasil e outros parceiros comerciais das Américas dão um respiro passageiro, mas as negociações bilaterais são cruciais para garantir uma isenção permanente.

Em audiência no Congresso em 22 de abril, o representante de comércio dos EUA, Robert Lighthizer, anunciou que Brasil, Coreia do Sul, Argentina, Austrália e UE, além do Canadá e México, tiveram as tarifas sobre aço e alumínio suspensas enquanto negociam a exclusão definitiva das sobretaxas.

Produção da indústria elétrica e eletrônica cresceu 13,6% em fevereiro

05/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

A indústria de produtos e equipamentos elétricos e eletrônicos produziu em fevereiro 13,6% a mais que no mesmo mês do ano passado, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) compilados pela Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee).

O resultado é composto por um incremento de 29,2% na indústria eletrônica e acréscimo de 0,6% na elétrica. A alta de fevereiro aponta para a décima consecutiva da produção em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Na opinião do presidente da Abinee, Humberto Barbato, trata-se de uma indicação da tendência de recuperação da indústria.

“Temos observado bons resultados do nível de emprego e na produção do setor, indicando uma retomada da atividade industrial, embora ainda tenhamos um longo caminho a ser percorrido”, afirma.

Especificamente na área eletrônica, com exceção de instrumentos de medida, com queda de 9,4%, os demais segmentos apontaram elevação em fevereiro. Também se destacaram a produção de equipamentos de informática e periféricos, com alta de 56%, e aparelhos de áudio e vídeo, de 41%.

Em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal, a produção do setor eletroeletrônico teve expansão de 2,4%, com comportamentos similares tanto da área elétrica, 2,6%, como da eletrônica, elevação de 2,1%.

Disputa pode mudar rotas comerciais

05/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

Com centenas de produtos afetados pela guerra comercial entre Estados Unidos e China, multinacionais, fornecedores e investidores começam a repensar suas estratégias de produção, com um potencial impacto no fluxo e até mesmo nas rotas do comércio internacional.

A China Eastern Airlines, por exemplo, deve reduzir a frequência de voos de carga entre aeroportos americanos e chineses.

“Uma guerra comercial não é boa para nenhum dos países”, diz o presidente da empresa, Ma Xulun. A TCL Multimedia, maior produtora chinesa de televisores, vai rever planos de produção. Com 10% das vendas nos EUA, uma alternativa será mudar parte da produção para o México.

Na Organização Mundial do Comércio (OMC), um dos comentários mais repetidos por críticos da política protecionista de Donald Trump é que raramente medidas tarifárias podem ter sucesso numa era de produção globalizada, com uma cadeia produtiva ampla.

O exemplo mais usado é o do Vietnã, para onde dezenas de empresas chinesas se mudaram nos últimos anos em busca de mão de obra mais barata. O resultado é uma explosão do déficit americano com o país. Em 2017, foi de US\$ 35 bilhões, três vezes maior que em 2011.

Taiwan também teme sentir o impacto da disputa, já que 60% do PIB da ilha vêm das exportações, principalmente de peças para produtos chineses.

Para o Bank of America Merrill Lynch, o efeito dominó que a guerra comercial pode gerar coloca “as cadeias produtivas globais em risco”. Para o banco, Taiwan, Coreia do Sul e Malásia seriam as mais afetadas. Mas países como Polônia e México também podem sofrer.

Em Hong Kong, o secretário de Finanças, Paul Chan Mo-po, acredita que um a cada cinco empregos serão afetados pelas medidas americanas. No Oriente Médio, o temor é que os atritos comerciais resultem em demanda menor da China por energia.

Investimentos sauditas de US\$ 65 bilhões em refinarias no território chinês já estão sob análise.

Mas há quem possa ganhar com a mudança na rota do comércio. A Ucrânia quer incrementar o fornecimento de milho para a China e a Austrália espera abocanhar o mercado de vinho e expandir vendas para Pequim, que já chegaram a US\$ 848 milhões.

Para a OMC e o FMI, não há perspectiva de que, mesmo com esses ganhos pontuais, a guerra comercial entre as duas potências possa ter vencedores. O diretor-geral da OMC, Roberto Azevedo, afirma que o risco é de que tal tendência leve o mundo a uma nova recessão.

Analistas veem o quadro com cautela, mas acreditam que é improvável haver de fato uma guerra comercial.

“Temos visto muita retórica protecionista, mas no fim um acordo razoável entre os países deve prevalecer”, diz Ross Teverson, da Jupiter Asset Management. Segundo ele, já foi notado que o governo Trump costuma negociar a partir de uma posição extrema para ter mais margem de manobra e chegar a um acordo.

O economista Jianguang Shen, da Mizuho Securities, avalia que a melhor alternativa para os chineses é negociar. "Acho que a China quer realmente dialogar. Os dois lados provavelmente vão concordar em algo mais adiante."

A Capital Economics avalia a resposta da China como "rápida e agressiva". Para a consultoria, ainda há tempo para recuos antes que as tarifas entrem em vigor. As tarifas dos EUA precisam passar por consultas públicas de dois meses. Depois o país terá 180 dias para decidir quais delas adotará. A China, por sua vez, ainda não divulgou cronograma para retaliações.

Mercado global vê chance de acordo

O mercado global começou o dia de ontem agitado, mas a tensão foi se dissipando ao longo da sessão. A disputa tarifária entre EUA e China continuou a ser monitorada, mas a percepção predominante no final do pregão era de que os dois lados estão abrindo espaço para negociar e que uma guerra comercial ainda não é provável.

Nos mercados que fecharam mais cedo, o temor de escalada das barreiras ainda predominou, levando para baixo as bolsas da Europa. Mas em Nova York, o índice Dow Jones subiu 0,96% e o Nasdaq, 1,45%.

No Brasil, a tensão política causada pelo julgamento no STF fez o Ibovespa cair 0,31%. O dólar fechou em R\$ 3,3402, em alta de 0,04% cronograma para retaliações.

Burocracia impede evolução das relações comerciais, diz presidente da Fecomércio

05/04/2018 – Fonte: Senado Notícias



Proposições legislativas

- [PLS 487/2013](#)

O Brasil deve modernizar a legislação comercial, tendo em vista que é signatário de vários acordos comerciais internacionais, mas peca pelo "Estado paquidérmico, difícil, grande, cheio de repetições, o que provoca choques na interpretação das leis e empaca as relações no setor", disse nesta quarta-feira (4) o presidente da Fecomércio-DF, Adelmir Santana, em audiência pública interativa sobre a melhoria do ambiente de negócios.

Ele foi um dos participantes da audiência pública promovida pela comissão temporária que analisa o Projeto de Lei do Senado (PLS) [487/2013](#), que modifica o Código Comercial, de 1850. Elaborado por uma comissão de juristas, o projeto do novo Código Comercial é relatado pelo senador Pedro Chaves (PRB-MS).

— O comércio tem especificidades que não podem ser contempladas pelo Código Civil. É preciso modernizar o Estado brasileiro. A informalidade nos prejudica muito, porque

ultrapassa os níveis aceitáveis, e o país não respeita contratos e convenções internacionais.

Precisamos regular isso para oferecer segurança jurídica aos investidores internacionais e empresários brasileiros. É preciso fugir do emaranhado de legislações e facilitar a interpretação para dar agilidade aos contratos — disse Adelmir Santana.

Presidente da Comissão Especial de Análise do Novo Código Comercial do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Gustavo Ramiro Costa Neto disse que o Brasil precisa de legislação que de fato traga mais segurança jurídica e previsibilidade nas relações empresariais.

— O Código Civil, de 2002, tem mostrado não ser capaz de regular de maneira adequada a relação entre empresários. Há necessidade de regular os processos administrativos que tramitam nas juntas comerciais, o que facilitaria a resolução de conflitos societários fora do âmbito judicial — afirmou.

Presidente da Associação Brasileira de Jurimetria, Marcelo Guedes Nunes disse ser preciso contar com um aparato processual que permita aplicação adequada das normas comerciais. Ele destacou que o PLS 487/2013 reforça a ideia de igualdade entre empresários e o princípio da intervenção mínima.

Membro do Comitê Marítimo Internacional e Especialista em Direito Marítimo, Luiz Roberto Leven Siano disse que a reforma do Código Comercial é relevante e necessária, visto que as relações mercantis são diferentes das relações civis e não podem ser tratadas da mesma forma.

A melhorias das relações comerciais, segundo ele, tornará o Brasil mais eficiente e respeitado no exterior, “o comércio terá visibilidade, para que não nos vejam lá fora como uma jaboticaba, como algo diferente e algo muito isolacionista”.

— O projeto deve incluir o princípio da universalidade, tendo em vista que o comércio internacional demanda uniformidade. Ninguém comercia consigo mesmo, mas com o outro, de outra cultura.

É preciso que se estabeleçam regras que sejam do conhecimento de todos. Harmonizar as relações comerciais às convenções internacionais vai dar segurança jurídica ao país — afirmou.

Presidente da Associação Brasileira de Direito Marítimo, Luís Felipe Galante destacou a importância da modernização das relações comerciais. Segundo ele, 95% do comércio brasileiro é feito por via marítima, e mais de 90% do petróleo produzido no país provém do mar.

O senador Pedro Chaves destacou que a comissão temporária que examina a proposta vem promovendo audiências públicas regionais para instrução do PLS 487/2013.

Ele destacou ainda que o comércio foi responsável pelo ciclo dos grandes descobrimentos, no qual se insere o Brasil, e que a atividade comercial contribui para a evolução das sociedades.

Brasil e Luxemburgo discutem ampliação de comércio e investimentos bilaterais

05/04/2018 – Fonte: MDIC



O ministro Marcos Jorge de Lima (MDIC) reuniu-se hoje com o vice-primeiro-ministro de Economia de Luxemburgo, Étienne Schneider, para discutir formas de ampliar as trocas comerciais e os investimentos entre os dois países.

Marcos Jorge lembrou que, apesar do comércio bilateral ainda ser reduzido (US\$ 72 milhões em 2017), os investimentos de Luxemburgo no Brasil e do Brasil em Luxemburgo superam os US\$ 20 bilhões, o que, segundo o ministro, demonstra o grande potencial das relações comerciais bilaterais. Além disso, Luxemburgo é membro fundador da União Europeia e apoia a conclusão do acordo do Mercosul com o bloco europeu.

O vice-primeiro-ministro de Luxemburgo manifestou interesse em intensificar as relações comerciais com o Brasil, e convidou o ministro Marcos Jorge para chefiar uma missão oficial do governo brasileiro àquele país, com o objetivo de estabelecer novas parcerias.

Luxemburgo é considerada um dos mais importantes centros financeiros da Europa. Atualmente, mais de 150 instituições financeiras têm filiais em Luxemburgo. A exportação de serviços é hoje uma das principais fontes de renda do país.

O vice-primeiro-ministro informou, ainda, que Luxemburgo conta com uma força de trabalho bastante diversificada.

Dos cerca de 500 mil habitantes, quase a metade é de estrangeiros, e mais de 40% dos trabalhadores residem em outros países e deslocam-se, diariamente, para trabalhar no grão-ducado. Entre trabalhadores residentes e não residentes, estima-se que dois terços da força de trabalho sejam de origem estrangeira.

Também participou do encontro o embaixador de Luxemburgo no Brasil, Carlos Krieger.

Investimentos

Segundo o Banco Central (BCB), o estoque de Investimento Estrangeiro Direto (IED) de Luxemburgo no Brasil em 2015 (última atualização) foi de US\$ 25 bilhões, o que colocava aquele país na 10ª posição no ranking de estoque, na modalidade participação no capital.

Já o estoque de IED brasileiro em Luxemburgo em 2016 (última atualização) foi de US\$ 22 bilhões o que representa a 6ª colocação no ranking no Censo de Capitais Brasileiros no Exterior, também na modalidade participação no capital.

Luxemburgo promoveu uma sensível mudança em sua economia a partir dos anos 1960, ao afastar a forte dependência da indústria do aço por meio do investimento na indústria de alta tecnologia e, principalmente, no setor bancário.

Intercâmbio comercial Brasil-Luxemburgo

Em 2017, 63 empresas brasileiras realizaram exportações para Luxemburgo e 227 empresas brasileiras importaram produtos do país europeu. A corrente de comércio bilateral - soma de importações e exportações - foi de US\$ 72 milhões.

No ano passado, as vendas externas do Brasil para Luxemburgo aumentaram 184% com relação ao ano anterior, tendo passado de US\$ 11 milhões para US\$ 31 milhões.

Já as importações brasileiras de Luxemburgo diminuíram 67,6% em relação a 2016, quando passaram de US\$ 126 milhões para US\$ 40,9 milhões. 92% das exportações brasileiras para Luxemburgo é composta de produtos manufaturados.

Entre os principais produtos brasileiros que são vendidos para aquele mercado, destacam-se aviões (52,9%), preparações e artigos farmacêuticos (6,5%), além de bombas, compressores e ventiladores (4,8%).

Importamos de Luxemburgo principalmente pneus (12,8%), telas para pneus (10,6%), chapas laminadas (9%), moldes para borracha (7,3%), e poliésteres (6,5%) e tecidos sintéticos (5,6%).

'É briga de cachorro grande', diz ex-embaixador Rubens Barbosa

05/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

Quando dois importantes parceiros comerciais entram em confronto, o Brasil deve ter posição de cautela para não se prejudicar, avalia o ex-embaixador em Washington, Rubens Barbosa, presidente do conselho do Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior (Irice).

Ele acredita que o Brasil pode ser beneficiado com o aumento das vendas de produtos agropecuários para a China, mas não deve fazer nenhum movimento adicional em direção àquele mercado.

Do contrário, pode prejudicar as negociações em curso com os Estados Unidos para livrar o aço brasileiro da sobretaxa de 25% anunciada no início de março.

Estamos diante de uma guerra comercial entre EUA e China?

Temos uma escalada de medidas e contramedidas. Os EUA aplicaram taxas sobre 1.300 produtos. A China reagiu e anunciou medidas contra soja, carne, produtos químicos. É uma situação complicada, mas não acho que vá sair do controle.

A China está reagindo, mas não está tomando medidas adicionais. E reagiu mais estrategicamente do que de outra maneira. Pegou produtos que afetam diretamente Estados que são a base política do (Donald) Trump.

Como fica o Brasil na disputa?

O Brasil está numa posição em que tem de esperar para ver. Estamos numa frente de aço e alumínio com os Estados Unidos, negociando. E acho que sai daí alguma restrição voluntária de exportação.

E em relação à China?

Temos de esperar para ver o que vai acontecer. Se a China, com essas medidas, tornar inviável a exportação de soja americana, vai comprar no Brasil. A gente não precisa fazer nada.

Como assim?

Se houver espaço, a China vai tomar a iniciativa de procurar o Brasil. Se fizermos alguma coisa, podemos prejudicar a negociação com os americanos. Por isso, a estratégia tem de ser "wait and see" (esperar para ver). Defender a posição no aço e no alumínio junto ao governo americano e ficar esperando para ver, porque é briga de cachorro grande.

Além da soja, que outros produtos brasileiros poderiam ser beneficiados? A China ameaça taxar as importações de carne, carros e aviões dos EUA.

Acho que carne, soja e outros produtos agrícolas, temos de esperar para ver se ocupamos o espaço. Nos produtos industriais, avião, carro, isso é complicado.

Com exceção da Embraer, que poderia aumentar a exportação para lá. Mas a Embraer já tem os canais azeitados com a China. Com carro, não temos competitividade para enfrentar os americanos. Tem a Coreia e outros que vão suprir o mercado chinês.

Não há mínimo espaço para reduzir carga tributária no Brasil, diz Mansueto

05/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

O secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Mansueto Almeida, disse nesta quarta-feira, 4, que não há o "mínimo espaço" para a redução da carga tributária do Brasil, mas existe espaço para melhorar o sistema de impostos, deixando-o menos complexo e mais justo, afirmou durante evento do Bradesco BBI.

Mansueto foi perguntado no evento quais seriam as prioridades do próximo presidente para resolver a questão fiscal. A primeira delas, disse ele, é a reforma da Previdência, que precisaria ser feita já no ano que vem, primeiro ano de mandato do novo presidente.

A segunda medida deveria ser a questão tributária, com uma reforma para reduzir a complexidade do sistema. Outra prioridade para melhorar as contas fiscais deveria ser a revisão da política de despesas obrigatórias, que respondem por mais de 80% do Orçamento.

A carga tributária do Brasil está ao redor de 33% do Produto Interno Bruto (PIB). Na apresentação, Mansueto ressaltou que ela é alta e, por isso, é difícil fazer o ajuste fiscal com aumento de tributos.

Confiança do consumidor cai pelo segundo mês seguido, revela CNI

05/04/2018 – Fonte: Agência Brasil



Mais pessoas esperam que a inflação suba, o desemprego aumente e a renda pessoal caia. Arquivo/Marcello Casal Jr.

Depois de subir no início do ano, a confiança do consumidor caiu pelo segundo mês consecutivo, revelou hoje (4) a Confederação Nacional da Indústria (CNI). O Índice Nacional de Expectativa do Consumidor (Inec) atingiu 101,9 pontos em março, valor 0,8 ponto inferior ao registrado em fevereiro.

O indicador continua abaixo da média histórica, de 108 pontos, o que, para a CNI, mostra a preocupação dos brasileiros com a economia.

Segundo o levantamento, a redução foi provocada pela diminuição do otimismo com a queda da inflação e o aumento do emprego e da renda nos próximos seis meses.

O índice de expectativa de inflação caiu 2,7%, o de desemprego recuou 2,6% e o de renda pessoal diminuiu 2,9% em março na comparação com fevereiro. A queda do índice reflete o aumento do número de pessoas que espera que a inflação suba, o desemprego aumente e a renda pessoal caia. Esses três indicadores compõem o Inec.

Apesar da diminuição do otimismo com a economia em geral, as expectativas em relação às finanças pessoais melhoraram levemente em março.

O indicador de expectativas de compra de maior valor (pessoas que pretendem comprar produtos caros) aumentou 1,4% e o de situação financeira (pessoas que acreditam que as finanças melhoraram) cresceu 0,6% em relação a fevereiro. O indicador de endividamento, no entanto, caiu 0,4% em março, indicando pequena alta das dívidas dos consumidores.

Realizado em parceria com o Ibope, o levantamento da CNI ouviu 2 mil pessoas em 126 municípios entre 22 e 25 de março.

Preços de energias solar e eólica atingem menor valor da história

05/04/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Leilão para instalação de novos projetos de geração surpreende e atrai R\$ 5 bi em investimentos

Um leilão promovido pelo governo nesta quarta-feira (4) para contratar novos projetos de energia ignorou a tensão política dos últimos dias e conseguiu atrair investidores interessados em aportar mais de R\$ 5 bilhões na construção de cerca de 1 GW (gigawatt) em novas usinas, além de registrar uma redução recorde nos preços de venda futura dos empreendimentos.

Foram registrados os mais baixos preços da história para a comercialização de energia solar e eólica, ultrapassando marcas vistas ainda no final de 2017, quando essas fontes renováveis já haviam surpreendido especialistas ao alcançar preços inferiores até mesmo aos de hidrelétricas.

"O leilão foi muito bem sucedido. A instabilidade política, o risco político, não influenciou", disse a jornalistas o secretário de Planejamento do Ministério de Minas e Energia, Eduardo Azevedo, em coletiva de imprensa após o final do evento.

"Curiosamente, isso mostra uma resiliência muito grande. O setor elétrico fez um leilão de sucesso em uma semana talvez um pouco conturbada das notícias.

O investidor entrou sabendo o que estava precificando", disse o diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Tiago de Barros.

Os projetos do pregão precisarão entrar em operação até janeiro de 2022. Os vencedores assinarão contratos de venda da geração às distribuidoras de eletricidade locais por prazos de 20 anos, para projetos eólicos e solares, e 30 anos para usinas hídricas e de biomassa.

COMPETITIVOS

As solares, que responderam por quase 80% da energia negociada no certame, com 806,6 MW (megawatts) em capacidade, praticaram preços entre R\$ 117 e R\$ 118 por MWh (megawatt hora).

Os valores representam deságio de cerca de 60% frente ao teto definido para a fonte e bateram de longe os R\$ 143,50 do recorde anterior.

As eólicas, com 114,4 MW em projetos, tiveram deságio de mais de 70%, com a venda da produção futura por R\$ 67,60 --contra cerca de R\$ 97 no ano passado.

O pregão contratou ainda 61,8 MW em térmicas a biomassa e 41,6 MW em pequenas hidrelétricas, com deságios expressivos de 40% e 30%, respectivamente.

O deságio médio da licitação, se consideradas todas as fontes, foi de 59%.

Antes do certame, consultorias esperavam uma contratação mais próxima à da vistas no ano passado, entre 500 e 600 MW em capacidade. Mas segundo Barros, da Aneel, a capacidade negociada ao final foi maior devido a um foco nos projetos solares, que têm produtividade inferior às demais fontes.

"Mesmo com a demanda baixa, ainda com reflexo da economia desaquecida, a gente viabilizou investimentos em um montante bastante expressivo, o que é razão para comemorar", afirmou.

Azevedo, do Ministério de Minas e Energia, afirmou que a contratação mais expressiva dos empreendimentos solares deve-se a uma recente decisão de não incluir projetos solares no próximo certame, previsto para agosto.

Nessa data, vão à negociação projetos A-6, termo que no jargão do setor elétricos que indica que os projetos devem começar a oferecer energia em seis anos.

"Chegamos à conclusão de que o leilão A-6 não deve ter solar, então privilegiamos ela no A-4 [entrega de energia em quatro anos]", disse. Ele também disse que o governo procurará priorizar projetos apresentados no Plano Decenal de Energia, de modo a garantir uma maior previsibilidade e atrair os investidores.

Baixo preço da energia eólica é fruto de questões conjunturais, diz ABEEólica

05/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

O preço da energia eólica no leilão A-4 realizado nesta quarta-feira, 4 – de R\$ 67,6 por megawatt-hora, o que representou deságio de 73,5% frente o preço máximo estabelecido -, é fruto de questões conjunturais brasileiras, como, por exemplo, o grande volume capacidade ofertado e a baixa demanda relatada pelas distribuidoras, avaliou a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica).

A entidade lembrou que o setor ficou dois anos sem leilão – de novembro de 2015 a dezembro de 2017 – e avalia que isso causou um grande represamento de projetos.

"Ainda que a queda dos preços das eólicas seja uma tendência global, no caso do Brasil ainda é cedo para afirmar que o setor encontrou uma média de preços que venha a ser adequada para um cenário futuro, com economia crescendo e com contratações de energia que atendam às necessidades de expansão da matriz elétrica brasileira", afirmou.

A declaração está em linha com a avaliação de autoridades governamentais, que consideraram o preço um fato possivelmente isolado, tendo em vista que foi contratado um baixo volume proveniente dessa fonte, em quatro projetos provenientes de um mesmo empreendedor.

A ABEEólica também sugere que as decisões estratégicas que podem ter incluído a venda de parte da energia no mercado livre, o que significa que o valor apresentado não seria exatamente o "preço puro da energia no leilão", já que a receita proveniente do valor vendido no leilão seria balanceada com receitas que virão de venda da energia a outros valores, no mercado livre.

O leilão A-4 comercializou 114,4 MW de capacidade eólica, em 4 projetos localizados na Bahia, que exigirão mais de R\$ 600 milhões em investimentos.

Votorantim mira investimentos em infraestrutura e propriedades, diz presidente

05/04/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Após a venda parcial da Fibria à Suzano, o grupo busca ativos menos voláteis

O grupo Votorantim, um dos maiores conglomerados industriais do país, está buscando diversificar seus investimentos para novas áreas, como infraestrutura e propriedades comerciais, disse nesta quarta-feira o presidente-executivo, João Miranda.

Após a venda parcial da produtora de celulose Fibria à Suzano Papel e Celulose em março, o grupo Votorantim busca ativos menos voláteis para garantir um fluxo mais estável de dividendos para seu acionista controlador, a bilionária família Ermírio de Moraes.

Miranda disse que, além de mais investimentos em sua unidade de energia, o grupo está considerando novos ativos em infraestrutura, como estradas e mobilidade urbana. Investimentos em capital de risco e aquisição de imóveis comerciais também são considerados.

No ano passado, o grupo Votorantim registrou um lucro líquido de R\$ 810 milhões, ante prejuízo de R\$ 1,3 bilhão no ano anterior, devido a uma grande baixa contábil. Como resultado, 150 membros da família Ermírio de Moraes receberão cerca de R\$ 750 milhões em dividendos este ano, que marca o centenário do grupo.

Miranda disse que os recursos da venda da Fibria podem ser investidos fora do Brasil, em setores onde o conglomerado já opera. O grupo, cujos ativos vão de cimento a metais básicos, visa casar tanto receitas quanto custos em uma moeda forte.

As análises do grupo Votorantim de novas aquisições acontecem após uma queda de 16% da dívida líquida, para R\$ 12,4 bilhões ao final de 2017. Isso equivale a cerca de 2,6 vezes o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização ajustado (Ebitda) no ano, abaixo do patamar de 2016, de 3,46 vezes.

Miranda disse que o objetivo do grupo é reduzir o endividamento para abaixo de duas vezes o Ebitda em 2018, sem contabilizar ainda os recursos que virão da venda da Fibria, uma transação ainda sujeita à aprovação de autoridades de concorrência.

O executivo não descartou outras vendas de ativos, conforme o grupo recicla sua carteira, sem mencionar áreas específicas.

MINERADORAS

No ano passado, o grupo vendeu parte da mineradora Nexa Resources em uma oferta pública inicial nos Estados Unidos, também se desfez de alguns ativos de cimento e combinou suas operações de aço longo com a ArcelorMittal.

Apesar das fracas vendas de cimento, a receita líquida da Votorantim subiu 5% no ano passado, para R\$ 27,2 bilhões, devido a preços mais altos de metais e energia.

O Ebitda ajustado, uma métrica do lucro operacional excluindo efeitos não recorrentes, subiu 12%, para R\$ 4,8 bilhões.

Licença-maternidade deve ficar mais longa

05/04/2018 – Fonte: Gazeta do Povo

Além de estender para seis meses a licença-maternidade, projeto permite ao pai acompanhar a mãe do bebê em consultas e exames durante a gravidez



A licença maternidade de 180 dias, já praticada por empresas públicas e algumas privadas, está mais perto de ser uma realidade para todas as mulheres. A Comissão

de Assuntos Sociais (CAS) aprovou, nesta quarta-feira), o Projeto de Lei do Senado (PLS) 72/2017, que amplia o prazo da licença-maternidade de 120 para 180 dias.

Como foi aprovado em caráter terminativo, caso não haja recurso para que a proposta seja analisada pelo plenário do Senado, o texto seguirá direto para a Câmara dos Deputados.

De autoria da senadora Rose de Freitas (MDB-ES), o projeto também permite ao pai acompanhar a mãe do bebê em consultas e exames durante a gravidez.

"É uma medida que estimula a paternidade responsável, inserindo o genitor, desde os primeiros momentos, na rotina de cuidados com o seu filho que irá nascer", disse o relator da proposta, Paulo Paim (PT-RS).

Sobre a extensão da licença-maternidade, Paim indicou dados da Sociedade Brasileira de Pediatria, que mostram que bebês que ficam seis meses ao lado da mãe têm chances reduzidas de contrair pneumonia, desenvolver anemia ou sofrer com crises de diarreia.

Segundo o relator, o Brasil gasta somas altíssimas por ano para atender crianças com doenças que poderiam ser evitadas, caso a amamentação regular tivesse ocorrido durante os primeiros meses de vida.

O relator também lembrou do período de seis meses dedicado à amamentação exclusiva, indicado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo Ministério da Saúde. Ainda, citou resultados positivos do programa Empresa Cidadã, que concede benefícios fiscais a empresas que já concedem a licença de 180 dias para as funcionárias grávidas.

Filhos com deficiência

Uma proposta mais abrangente sobre o assunto está em análise na comissão, mas apesar de lida e discutida, ainda não pode ser votada por falta de quórum.

Também da senadora Rose Freitas, o PLS 151/2017 prevê a concessão de licença-maternidade em dobro, no caso de filho com deficiência ou com necessidade especial, com previsão de compartilhamento por até a metade do prazo, com o cônjuge ou companheiro, de forma alternada.

Bebês prematuros

Outro projeto que mexe na licença-maternidade está a um passo de virar lei, mas em relação às [mães de prematuros](#). Aprovado em março na CAS, o PLS 214/2017 prevê que o período da licença a que tem direito a mulher será contado somente após a alta hospitalar da criança.

Prevista no artigo 7º, XVIII, da Constituição Federal e no artigo 392 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a licença-maternidade tem duração mínima de 120 dias. Seu início pode ocorrer entre 28º dia que antecede o parto e o nascimento da criança.

Na prática, muitas mães de prematuros acabam tendo pouco tempo de convívio com o bebê, em casa, durante a licença, por conta do período de internação dos pequenos nesses casos.

BRF concederá férias coletivas aos funcionários de Rio Verde e Carambeí

05/04/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

A BRF informou nesta quarta-feira, 4, que concederá férias coletivas aos funcionários de Rio Verde (GO) e Carambeí (PR) a partir de 14 e 21 de abril, respectivamente.

Em ambos os casos, a empresa diz que a decisão considera a necessidade de adaptações no planejamento de produção, "em decorrência de ajustes para atender à demanda".

A empresa ressalta, em nota, que desde 16 de março o Ministério da Agricultura decidiu interromper a produção e certificação sanitária dos produtos de aves da BRF exportados do Brasil para União Europeia.

Em consequência dessa medida, a BRF afirma que revisou o seu plano de produção e determinou, até o momento, ajustes nas seguintes unidades produtivas: Mineiros (GO), Capinzal (SC), Rio Verde (GO) e Carambeí (PR).

BRF vai dar férias coletivas a mais 3,5 mil funcionários no Brasil

05/04/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

A BRF vai dar férias coletivas de 30 dias a mais 3,5 mil funcionários nas unidades produtivas de Rio Verde (GO) e Carambeí (PR) a partir de 14 e 21 de maio, respectivamente, elevando o total de empregados afetados por medidas de ajuste de produção para cerca de 7 mil.

O ajuste de produção da maior exportadora de carne de frango do mundo segue a decisão do Ministério da Agricultura, de 16 de março, que interrompeu a produção e certificação sanitária dos produtos de aves da BRF exportados do Brasil para União Europeia, em desdobramento de nova fase da operação Carne Fraca, que investiga irregularidades na análise sanitária de produtos alimentícios.

A decisão nesta quarta-feira "considera a necessidade de adaptações no planejamento de produção, em decorrência de ajustes para atender a demanda", disse a BRF em comunicado.

De acordo com a BRF, que é dona das marcas Sadia e Perdigão, as férias abrangem os funcionários da linha de abate de aves da fábrica de Rio Verde (2.300 pessoas) e todos os funcionários da linha de produção de Carambeí (1.200 pessoas).

Além das unidades de Rio Verde e Carambeí, a BRF já havia decidido por ajustes de produção nas unidades de Capinzal (SC) e Mineiros (GO).

No caso de Capinzal, as férias de 30 dias começam em 7 de maio e envolverão cerca de 3 mil funcionários da unidade de abate de aves. Em Mineiros, as férias começaram em 12 de março para mais de mil funcionários, sendo que a maior parte, 623 trabalhadores da linha de frangos, já retornaram ao trabalho.

A decisão da BRF divulgada nesta quarta-feira ocorreu após a rival Aurora Alimentos ter divulgado no final de março que vai dar férias coletivas em fábrica em Santa Catarina, citando "difícil momento vivido pelo setor no Brasil".

As ações da companhia encerraram o dia em queda de 0,4%, cotadas a R\$ 23,06, enquanto o Ibovespa teve baixa de 0,3%.

Dólar tem maior valor desde maio de 2017 e Bolsa cai com julgamento de Lula

05/04/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Mercado refletiu preocupação com votação do pedido de habeas corpus pelos ministros do STF

O julgamento do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ocupou a atenção dos investidores nesta quarta-feira (4), deixando em segundo plano uma melhora no exterior seguindo a dissipação de parte das tensões entre Estados Unidos e China. O dólar subiu ao maior patamar desde maio de 2017 e a Bolsa caiu.

Bolsa e dólar fecharam antes que o ministro Alexandre de Moraes encerrasse seu voto contra o habeas corpus de Lula. A Bolsa brasileira recuou 0,31%, para 84.359 pontos.

O dólar comercial subiu 0,05%, para R\$ 3,341. É o maior patamar desde 18 de maio de 2017, dia seguinte ao vazamento da notícia de delação do empresário Joesley Batista, da JBS. O dólar à vista, que fecha mais cedo, avançou 0,92%, para R\$ 3,349.

O início da sessão foi marcado pela aversão a risco provocada pela intensificação da guerra comercial entre Estados Unidos e China. Na terça, o governo americano incluiu cerca de 1.300 itens nas tarifas contra a China, em resposta a um suposto roubo de propriedade intelectual pelo país asiático.

O objetivo do governo é tarifar até US\$ 50 bilhões em importações chinesas —o equivalente a cerca de 10% das vendas para o país. A alíquota a ser imposta é de 25%.

Nesta quarta, a China anunciou tarifas de 25% para a soja, carros e outros produtos americanos importados pelo valor de US\$ 50 bilhões. O ministério do Comércio da China citou 106 famílias de produtos americanos, como carne, uísque, produtos químicos ou cigarros, mas indicou que a data de aplicação ainda será anunciada.

Os mercados reagiram à piora do humor e abriram em baixa, mas foram melhorando ao longo da sessão, principalmente após a Casa Branca anunciar que não estuda, neste momento, novas iniciativas comerciais contra a China. Segundo porta-voz oficial, o foco é na implementação de medidas já anunciadas.

Para Marcelo López, gestor de recursos na L2 Capital Partners, a reação dos mercados à crise entre EUA e China foi exagerada. "É um grande circo para ocultar o que está acontecendo, que é um mercado extremamente caro. As Bolsas precisam de uma desculpa para poder cair", afirma.

"Qualquer coisa que aconteça, é uma bolha à procura de um alfinete. O modus operandi do [presidente americano, Donald] Trump é bem previsível. Ele bate na mesa, a outra pessoa pede para negociar, ele ganha algumas coisas com isso e entrega o que prometeu durante a campanha", diz.

Mas, à tarde, os rumos do julgamento do ex-presidente Lula no STF conduziram os rumos do mercado, com impacto principalmente nos juros futuros mais longos, que subiram.

A Bolsa, que iniciou a sessão com queda de 1,3%, diminuiu a desvalorização durante o voto do relator do pedido, ministro Edson Fachin. "O cenário está mais complexo. Existe um arranjo institucional brasileiro fragilizado em meio a uma eleição polemizada", avalia André Perfeito, economista-chefe da Gradual Investimentos.

"A decisão do [ministro Gilmar] Mendes de votar a favor do habeas corpus inaugura a controvérsia. Num cenário como esse, vende Brasil e compra dólar", complementa. O mercado fechou antes de o ministro Alexandre de Moraes, o terceiro a se pronunciar, dar seu voto contrário ao pedido da defesa de Lula.

AÇÕES

Das 64 ações que compõem o Ibovespa, 39 caíram, 24 subiram e uma fechou estável.

A maior queda foi registrada pelos papéis da Iguatemi (-3,15%). A Kroton recuou 3,10%, e a Rumo perdeu 3,04%.

Na ponta positiva, a Suzano subiu 4,33%. As ações preferenciais da Eletrobras avançaram 3,36%, e a Klabin se valorizou 2,88%.

As ações da Petrobras recuaram, em dia de estabilidade dos preços do petróleo no exterior. Os papéis preferenciais da estatal caíram 1,59%, para R\$ 20,38. As ações ordinárias caíram 0,35%, para R\$ 22,72.

A mineradora Vale fechou em baixa de 0,75%, para R\$ 42,55.

No setor financeiro, o Itaú Unibanco subiu 0,65%. As ações preferenciais do Bradesco tiveram queda de 0,86%, e as ordinárias avançaram 0,41%. O Banco do Brasil se valorizou 0,83%, e as units —conjunto de ações— do Santander Brasil caíram 0,95%.

CÂMBIO

O dólar perdeu força ante 15 das 31 principais moedas do mundo.

O Banco Central não anunciou intervenção no mercado de câmbio nesta sessão. Em maio, vencem US\$ 2,565 bilhões em swap cambial tradicional (equivalente à venda de dólares no mercado futuro).

O CDS (credit default swap, espécie de termômetro de risco-país) subiu 0,23%, para 165,8 pontos.

No mercado de juros futuros, os contratos mais negociados tiveram resultados mistos. O DI para julho deste ano caiu de 6,295% para 6,293%. O DI para janeiro de 2019 subiu de 6,235% para 6,240%.

Índice de commodities registrou queda de 1,56% em março

05/04/2018 – Fonte: Agência Brasil

Os preços das commodities, produtos primários com cotação internacional, caíram em março. O Índice de Commodities Brasil (IC-Br), calculado mensalmente pelo Banco Central (BC), registrou queda de 1,56%, na comparação com fevereiro. Em 12 meses encerrados em março, o índice registrou crescimento 8,35% e no primeiro trimestre, queda de 0,33%.

O IC-Br é calculado com base na variação em reais dos preços de produtos primários (commodities) brasileiros negociados no exterior. O BC observa os produtos que são relevantes para a dinâmica dos preços no Brasil.

Em março, o segmento de energia - petróleo, gás natural e carvão - apresentou alta de 2,07%. No caso dos metais - alumínio, minério de ferro, cobre, estanho, zinco, chumbo, níquel, ouro e prata -, houve retração de 3,3%. O segmento agropecuário - carne de boi, algodão, óleo de soja, trigo, açúcar, milho, café, arroz, carne de porco, cacau e suco de laranja - registrou queda de 2,15%, no mês.

O índice internacional de preços de commodities CRB, calculado pelo Commodity Research Bureau, registrou alta de 1,2% no mês passado, de 2,41% no primeiro trimestre e de 7,17%, em 12 meses.

Correção: Petrobras reduz preço do GLP residencial para R\$ 22,13 na refinaria

05/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

A nota enviada anteriormente contém um erro quanto ao valor do GLP de janeiro. O preço do GLP residencial foi ajustado em janeiro para R\$ 23,16, e não como informado. Segue texto corrigido:

A Petrobras anunciou nesta quarta-feira, 4, que reduziu em 4,4% o preço do Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) para embalagens de até 13 quilos, utilizado em residências. A partir de amanhã, o preço em refinaria será de R\$ 22,13, frente ao valor de R\$ 23,16 estipulado em janeiro.

A estatal passou a fazer ajustes trimestrais para o gás de cozinha (GLP 13 Kg) em janeiro deste ano, com objetivo de suavizar os repasses da volatilidade dos preços do mercado internacional ao bolso do brasileiro.

A empresa tomou a decisão para se adequar ao disposto na Resolução 4/2005 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), que reconhece como de interesse da política energética nacional a prática de preços diferenciados para a comercialização do GLP de uso residencial. Para a gasolina e o diesel, a política da estatal continua sendo de ajustes diários.

Vendas de veículos usados crescem 1,2% no 1º trimestre

05/04/2018 – Fonte: Automotive Business



Segmento leve avança 1,3%, enquanto pesados recuam 0,6% no período, aponta Fenabreve

Ao contrário do mercado de **veículos** novos, que registrou forte reação no primeiro trimestre, as **vendas de usados** registrou crescimento mais tímido no período. Dados

divulgados pela Fenabrave apontam alta de 1,24% sobre mesmo período do ano passado, ao atingir volume de 2,54 milhões de unidades, na soma de leves e pesados.

Para cada veículo novo emplacado nos três primeiros meses deste ano, foram negociados 4,3 usados. Há um ano, quando as vendas de usados crescia 10%, essa proporção era de um para cinco.

O resultado só não foi menor porque o segmento de veículos leves teve pequena alta de 1,3% na comparação anual, passando de 2,42 milhões no primeiro trimestre de 2017 para 2,46 milhões neste ano.

Quem segurou o segmento foram os automóveis, que registraram avanço de 1,5% no período, enquanto os comerciais leves amargaram pequena queda de 0,01%, com a diferença de 46 unidades a menos neste ano.

Nos pesados, enquanto as vendas de caminhões usados representaram aumento de 1% no acumulado de janeiro a março, para pouco mais de 77,6 mil unidades, as negociações com ônibus usados recuou consideráveis 10,6%, ao passar de 12,6 mil para 11,2 mil, sempre na comparação anual do primeiro trimestre.

Em março, segundo a entidade que reúne as concessionárias, um total de 882,2 mil veículos trocaram de dono, representando aumento de 14,8% sobre fevereiro. Contudo, na comparação com igual mês de 2017, quando as transferências somaram 926,6 mil, há uma queda de 4,7%.

Entre os segmentos, todos registraram alta das trocas em março na comparação com fevereiro, embora todos também tenham enfrentado redução no comparativo anual.

PSA e Valeo se unem para criar tecnologia com Instituto Prairie

05/04/2018 – Fonte: Automotive Business



Meta é criar ecossistema para desenvolver inteligência artificial

Em busca de ferramentas para desenvolver a mobilidade do futuro, o **Grupo PSA** e a **Valeo** se uniram a outras 10 empresas para criar o **Instituto Prairie**, organização focada no avanço da inteligência artificial.

As empresas são as únicas automotivas entre as fundadoras da iniciativa, ao lado da Amazon, Criteo, Facebook, Faurecia, Google, Microsoft, Naver Labs, Nokia Bell Labs e Suez. Também compõem o instituto centros franceses de tecnologia: CNRS, Inria e PSL University.

O objetivo do Prairie é criar um ecossistema focado em inteligência artificial, com o trabalho colaborativo de líderes da iniciativa privada e especialistas da área científica.

A organização pretende reunir e desenvolver as melhores habilidades para o avanço da tecnologia.

Carla Gohin, vice-presidente de pesquisa e inovação do Grupo PSA aponta que a abordagem integrada do instituto “permitirá desenvolver conhecimento em inteligência artificial e avançar mais rapidamente para abrir o campo de possibilidades em aplicações automotivas”.

Eaton lança embreagem para caminhões Volvo

05/04/2018 – Fonte: Automotive Business

Modelo é projetado para veículos estradeiro e vocacionais com transmissão automatizadas I-Shift

A **Eaton** lança para o mercado de reposição a nova linha de **embreagem** de 430mm dedicada aos **caminhões Volvo** equipados com transmissão automatizada. Com acionamento de empurrar e revestimento heavy duty, a embreagem é projetada para caminhões dedicados a aplicações severas de carga, que enfrentam estradas em condições precárias ou relevos mais acidentados, e pode ser instalado em veículos estradeiros ou vocacionais.

O kit possui molas de amortecimento produzidas com aço de alta qualidade, que proporciona vida longa ao conjunto. As embreagens já estão disponíveis para venda na rede de distribuidores da Eaton no Brasil.

“A eficiente filtragem da vibração torcional é fundamental para a vida dos componentes de engate da transmissão do veículo. No caso da 430mm da Eaton, o damper principal, responsável por essa função, tem cinco molas produzidas com aço de alto desempenho, que permitem trabalhar em condições de vibração mais desafiadoras. Esse é o mesmo produto já vendido na Europa, onde os motores apresentam maior vibração do que os na América do Sul”, afirma o responsável pela estratégia de aftermarket da Eaton, Felipe Bolognesi.

PSA troca direção de veículos utilitários na América Latina

05/04/2018 – Fonte: Automotive Business



Luís Basavilbaso (esq.) assume a direção de veículos utilitários na América Latina; Gabriel Miranda sucede a Basavilbaso como diretor de marcas na Argentina

O **Grupo PSA** promove mais mudanças em seu corpo diretivo na América Latina: Luís Basavilbaso assumiu em 1º de abril o cargo de diretor para o segmento de **veículos utilitários** da companhia na região, no lugar de Frédéric Chapuis, que esteve à frente do segmento desde que a divisão foi criada, em junho de 2016. A empresa informa que divulgará posteriormente a nova função de Chapuis.

Com 20 anos de trajetória no Grupo PSA, Basavilbaso passou por diferentes cargos de na empresa, como o de diretor de vendas da Peugeot Argentina e diretor regional de vendas da Peugeot na Espanha.

Em 2008, retornou à Argentina para desta vez assumir a direção da Citroën no país. Depois disso, incorporou as marcas DS, em 2014, e a Peugeot, em 2015. Somaram-se à sua gestão a criação da direção de marcas para a Argentina, o qual ocupava até agora, antes de ser nomeado para o novo cargo.

“Estamos no caminho certo para repetir na América Latina o sucesso de veículos utilitários que o Grupo PSA tem na Europa, onde somos líderes absolutos. Teremos um ano de 2018 bastante interessante e com várias novidades, com produtos bem direcionados às necessidades dos nossos clientes.

Seguiremos com a nossa estratégia de expansão baseada principalmente nos três pilares de eficácia comercial, pós-venda especializado para esse tipo de cliente e a nossa excelência de produção destes veículos”, comenta Basavilbaso em nota.

Para ocupar seu lugar como diretor de marcas na Argentina, o grupo designou Gabriel Cordo Miranda, que retorna à empresa, onde acumula experiência de 21 anos na filial argentina.

O executivo também ocupou diversas funções ao longo de sua carreira na companhia, principalmente na área comercial. Entre 2010 e 2015, foi diretor da Peugeot no país. Antes de aceitar o convite do Grupo PSA, Cordo ocupava o cargo de vice-presidente comercial da empresa Axion Energy, onde estava há dois anos.

“A Argentina deve contribuir com o crescimento rentável que vive o Grupo PSA no mundo. Nossas três marcas fortes, com personalidades e propostas únicas são um fator fundamental para este desenvolvimento. As equipes comerciais e as redes de concessionários serão as protagonistas, sempre comprometidas com a busca permanente em satisfazer os nossos clientes, destinatários finais dos nossos esforços”, afirma Cordo em nota.

Siderúrgicas perdem mercado para importado

05/04/2018 – Fonte: InDa/Valor Econômico

As maiores produtoras de aços planos do país perderam espaço para os produtos importados durante o ano passado.

O Valor compilou dados dos balanços das empresas em 2017 - o último deles, publicado na semana passada - e os números setoriais, divulgados pelo Instituto Aço Brasil, e constatou que Usiminas, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e ArcelorMittal responderam por uma menor fatia do consumo aparente de produtos siderúrgicos ante 2016.

O aquecimento, principalmente do setor automotivo, ajudou a elevar a demanda por produtos planos, como chapas de aço.

Mas, ao mesmo tempo, a política de recomposição de preços das siderúrgicas ajudou a atrair mais importações.

As usinas promoveram reajustes que deixaram aço nacional durante grande parte do ano perto de 10% mais caro que o estrangeiro - um "prêmio" considerado no limiar do incentivo à concorrência.

Por outro lado, analistas e as próprias companhias enxergam espaço para aumentos, caso a cotação internacional siga elevada. Até agora, o efeito esperado do protecionismo americano sobre os preços chineses - principais exportadores ao Brasil

- não se materializou. Em muitos casos, como na bobina a quente e a frio, o prêmio está em aproximadamente 5%. A CSN, inclusive, aposta em aumento para o segundo semestre.

A Usiminas, maior fabricante brasileira de aços planos, conseguiu recuperar em 2017 parte do mercado que havia perdido nos anos anteriores. Mas sua participação na demanda total por aço encolheu por conta da fatia da recuperação do setor que foi abocanhada pelos estrangeiros.

Os dados mostram que no ano passado a companhia vendeu cerca de 35% do volume que as nacionais destinaram ao mercado interno. No começo da década, essa proporção havia se aproximado de metade, mas caiu paulatinamente até a mínima recente de 33%, em 2016.

Se houve alta em relação às vendas, a Usiminas perdeu espaço no consumo aparente. O grande motivo para esse recuo, de 31% em 2016 para 30% em 2017, foi a inundação de aço importado no mercado brasileiro.

O consumo de aços planos subiu aproximadamente 1,2 milhão de toneladas em 2017, para 11,4 milhões de toneladas, mas o índice é composto de produtos nacionais e estrangeiros e a importação respondeu por mais da metade dessa alta, ou 615 mil toneladas. Por isso, a fatia de importados foi de 8% para 13%.

Todas as fabricantes de planos sofreram com esse retorno da importação com mais força que no turbilhão da crise. Mas apesar de a retomada das compras de aço do exterior ter sido rápida, a penetração de 13% está em linha - e até levemente abaixo - com o que se observou ao longo da história.

Em 2013 e 2014, por exemplo, ela rondava os 16%, e antes, no fim da década passada, chegou a responder por um quarto da demanda.

A CSN, vice-líder do segmento de planos, viu a fatia de mercado cair nas duas comparações. A porcentagem das vendas internas foi de 28% em 2016 para 26% em 2017 e no consumo, de 25% para 23%.

Já a terceira colocada, ArcelorMittal, passou de 25% para 24% em uma comparação e de 23% para 21% na outra, respectivamente. Neste caso, o cálculo é aproximado de acordo com o nível conhecido de exportação das operações brasileiras da Arcelor, já que o grupo com sede em Luxemburgo não divulga números tão detalhadamente.

O aumento da demanda por aço plano se deveu principalmente à atividade mais aquecida das montadoras no ano passado. As fabricantes de veículos elevaram o nível produtivo principalmente para exportar.

A Usiminas é a maior fornecedora do metal para carros, em grande parte com a venda de aços galvanizados - ou banhados a zinco, com efeito anticorrosivo.

No segmento de longos, a persistente ausência de grandes lançamentos imobiliários e a paralisia em infraestrutura voltaram a derrubar o consumo. A baixa foi de 2%, para 7,1 milhões de toneladas. A Gerdau, até então maior dessa área, teve redução de sua participação, de 37% para 36,5%.

É difícil antever como ficará a fatia de mercado da ArcelorMittal, hoje vice-líder, após a união com a Votorantim Siderurgia por conta do baixo grau de abertura dos dados, mas o que se sabe é que a nova companhia assume a ponta no ranking de maiores vendedoras de longos.

Convite: Workshop e Mentoria Despertar da Indústria 4.0

05/04/2018 – Fonte: FIEP

Participe do “**Workshop e Mentoria Despertar da Indústria 4.0**”, no dia 13/abril, em **Curitiba**.

Vagas limitadas. Inscrições gratuitas até 11/04.



DESVENDAR 4.0

WORKSHOP E MENTORIA DESPERTAR DA INDÚSTRIA 4.0

DESENVOLVER INDÚSTRIAS QUE
APRENDAM E SE TORNEM ÁGEIS

13/04/2018 (SEXTA-FEIRA) • 9h ÀS 12h
CAMPUS DA INDÚSTRIA DO SISTEMA FIEP

AV. COMENDADOR FRANCO, 1.341 | JARDIM BOTÂNICO | CURITIBA-PR

INSCRIÇÕES GRATUITAS ATÉ 11/04 PELO LINK:

[INSCREVA-SE](#)

PARA MAIS INFORMAÇÕES SOBRE O WORKSHOP:

[SAIBA MAIS](#)

APOIO:



REALIZAÇÃO:

